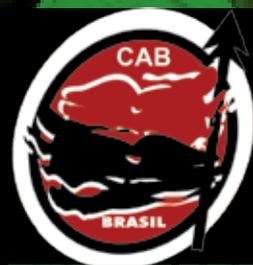
Socialismo Libertário

Revista da Coordenação Anarquista Brasileira - Número 2 - Janeiro de 2014

Teoria e Ideologia

Revista Socialismo Libertário - N.2 Jan/14

SUMÁRIO

Revista Socialismo Libertário

Tiragem: 1000 exemplares

Impressão em São Paulo - Janeiro de 2014

Contato: secfao@riseup.net

10 ANOS FAO
1º CONCAB

Editorial

Esse segundo número da revista *Socialismo Libertário* concentra-se sobre o tema teoria e ideologia, que vem sendo discutido há anos em nossa corrente e que, no último período, recebeu atenção destacada das organizações da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB).

Não se trata, como eventualmente poderia parecer, de um esforço intelectual puramente abstrato: essa discussão, apesar de passar por temas epistemológicos e teórico-conceituais em alguma medida complexos, possui, para nós, implicações práticas muito importantes. Por meio daquilo que agora se discute, conforme apontamos no primeiro texto, buscamos forjar as bases para respostas de um conjunto de questões básicas. "O que é o anarquismo? O que o caracteriza historicamente como tal? Qual é o nosso vínculo com os clássicos anarquistas? O anarquismo é uma ferramenta para teorizar sobre a sociedade, uma prática política que tem por objetivo transformá-la ou ambas as coisas? Devemos utilizar autores de fora do campo anarquista para compreender a sociedade que vivemos? Em que medida nossa maneira de teorizar sobre a sociedade afeta nossa ideologia e vice-versa? Existe socialismo científico? Em suma, trata-se de uma discussão antiga e complexa, que extrapola muito o campo anarquista e que tem por objetivo fornecer respostas para as nossas tentativas de compreender a sociedade em que vivemos e as melhores estratégias para nela intervir, tendo por base nossos princípios e nossa estratégia geral, e visando estabelecer um processo revolucionário de transformação rumo ao socialismo libertário."

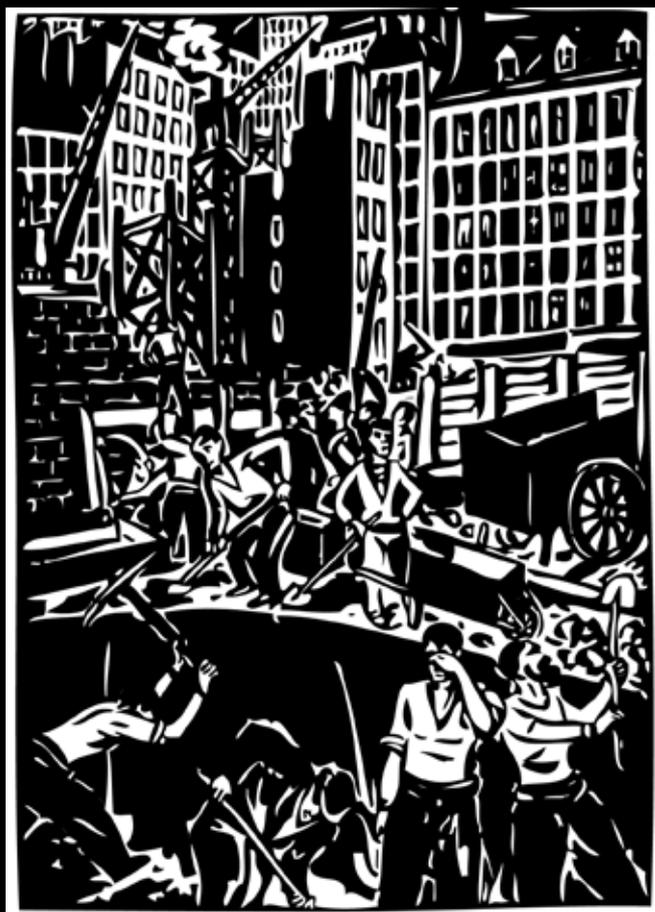
Os textos aqui apresentados inserem-se em um processo mais geral – que vem sendo levado a cabo de maneira mais efetiva desde meados de 2012, com a fundação da CAB – de estabelecimento de bases comuns e aprofundamento de posições para o caminho que pretendemos trilhar nos próximos anos, rumo a uma organização nacional.

Esse ano de 2013 foi importante pelo ciclo de lutas em escala nacional, com o qual todas nossas organizações se envolveram. Com a ascensão das mobilizações, o anarquismo também ganhou destaque e, de uma maneira ou outra, a CAB tem colhido bons frutos desse processo. Esperamos que essa edição da revista possa contribuir com esse fortalecimento do anarquismo especifista no cenário das lutas que vêm sendo travadas nos mais diversos espaços sociais.

Viva a revolução social! Viva o anarquismo!
Rumo à organização nacional!

Coordenação Anarquista Brasileira
Janeiro de 2014

TEORIA E IDEOLOGIA

Coordenação Anarquista Brasileira

"O anarquismo é [...] uma aspiração humana, que não se funda em nenhuma necessidade natural verdadeira ou supostamente verdadeira, mas que poderá se realizar segundo a vontade humana. Aproveita os meios que a ciência proporciona ao homem na luta contra a natureza e contra as vontades contrastantes; pode tirar proveito dos progressos do pensamento filosófico quando eles servirem para ensinar aos homens raciocinar melhor e distinguir com maior precisão o real do fantástico; mas não se pode confundi-lo, sem cair no absurdo, nem com a ciência e nem com qualquer sistema filosófico."

Errico Malatesta

O debate orgânico e o tema

Durante a Plenária da Coordenação Anarquista Brasileira (CAB), no início de 2013, dedicamos tempo, dentre outros assuntos, para chegar a alguns acordos e firmar uma posição coletiva em relação ao debate sobre teoria e ideologia, que vem sendo realizado há anos pelas organizações do anarquismo especifista, no Brasil e em outros países.

O documento que tem motivado essa discussão foi escrito em 1972 pela Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e se chama "Huerta Grande: a importância da teoria", tendo sido elaborado a partir das contribuições de Errico Malatesta e outros teóricos. Desde os anos 1990, esse documento tem sido debatido entre militantes e organizações de nossa corrente, os quais também têm feito aportes, atualizações e aprofundamentos necessários; fruto desse debate foram as produções das organizações que, na época, faziam parte do Fórum do Anarquismo Organizado (FAO), em meados dos anos 2000.

Com o ganho de organicidade impulsionado pela transformação do FAO em CAB, um de nossos objetivos no ano de 2012 foi retomar esse debate nas organizações que compõem a CAB e, o que nos parecia mais relevante, chegar a posições comuns, de maneira a dar continuidade no processo permanente de ganho de organicidade que temos em mente, para nos tornar uma organização nacional. O texto a seguir apresenta os acordos e posições coletivas estabelecidos em 2013, depois dessas longas discussões realizadas nas organizações da CAB e que, por meio do mecanismo federalista, foram estabelecidas como pontos de acordo.

A discussão do tema teoria e ideologia nos parece central, visto que algumas questões são fundamentais. O que é o anarquismo? O que o caracteriza historicamente como tal? Qual é o nosso vínculo com os clássicos anarquistas? O anarquismo é uma ferramenta para teorizar sobre a sociedade, uma prática política que tem por objetivo transformá-la ou ambas as coisas? Devemos utilizar autores de fora do campo anarquista para compreender a sociedade que vivemos? Em que medida nossa maneira de teorizar sobre a sociedade afeta nossa ideologia e vice-versa? Existe socialismo científico? Em suma, trata-se de uma discussão antiga e complexa, que extrapola muito o campo anarquista e que tem por objetivo fornecer respostas para as nossas tentativas de compreender a sociedade em que vivemos e as melhores estratégias para nela intervir, tendo por base nossos princípios e nossa estratégia geral, e visando estabelecer um processo revolucionário de transformação rumo ao socialismo libertário.

Pelo conteúdo dessa discussão, teremos de nos debruçar sobre temas que vêm sendo discutidos há mais de um século: a natureza da produção do conhecimento, as similaridades e diferenças entre as ciências naturais e sociais, as relações entre as teorias sociais e as ideologias e doutrinas políticas, a natureza e o funcionamento da política entre outros. Sabemos que o debate sobre a ideologia vem sendo muito marcado pelas abordagens marxistas e o debate acerca da teoria envolve reflexões epistemológicas complexas. Ou seja: não se trata de uma discussão simples. Por isso, não esperamos esgotá-la aqui e nem mesmo dar a ela uma abordagem acadêmica, que não teria funcionalidade prática. Nosso intuito é refletir sobre o tema em função de nossa prática política e estabelecer ferramentas que contribuam com seu avanço.

Compreendemos que as reflexões aqui colocadas devem estar vinculadas à prática política concreta de nossas organizações e gostaríamos de não ir além daquilo que necessitamos para o momento. Se fizermos isso, corremos o risco de dissociar o cheiro dessa comida dos ingredientes que usamos para cozinhar todos os dias; além disso, temos de ter cuidado para não criar ou aceitar um livro de receitas sem cozinheiros. Não temos por objetivo constituir um sistema teórico-metodológico; nosso objetivo é elaborar um conjunto de ferramentas necessário ao exercício da política, como mediação entre o contexto que vivemos e nosso projeto de sociedade.

Buscaremos, nas linhas a seguir, sustentar as seguintes posições: 1) A teoria está relacionada ao conhecimento da sociedade e a ideologia a um nível de análise relativamente autônomo que, muitas vezes, se traduz em práticas políticas fundamentadas numa concepção do "vir a ser" da sociedade; 2) O anarquismo é, portanto, uma ideologia e tem utilizado historicamente distintas teorias sociais para compreender a realidade – assunto que trataremos um pouco mais aprofundadamente no texto "Distintas Abordagens Teóricas dos Anarquistas: a relação entre as esferas sociais"; 3) Teoria e ideologia constituem as bases da prática política.

Teoria

Definimos teoria como um conjunto sistemático de conceitos, afirmações e explicações que tem por objetivo proporcionar um conhecimento sobre a realidade. A teoria estrutura, elabora e verifica o saber para descrever a ordem, a regularidade e a organização dos fenômenos que aborda. Ela está vinculada ao processo de conhecer aquilo que de fato é (e não aquilo que deveria ser), e de compreender, o mais rigorosamente possível, diferentes fenômenos que ocorrem em uma determinada realidade.

Quando definimos a teoria dessa maneira, nos aproximamos da definição da FAU: "A teoria aponta para a elaboração de instrumentos conceituais para pensar rigorosamente e conhecer profundamente a realidade concreta." A FAU ainda relaciona teoria com ciência: "É neste sentido que se pode falar da teoria como equivalente à ciência." (FAU, "Huerta Grande") Entretanto, de que ciência falamos? Como concebemos a função científica da teoria?

Mikhail Bakunin e Malatesta possuem reflexões que podem contribuir com essas respostas. Bakunin dizia que "a ciência compreende o pensamento da realidade, não a realidade em si mesma; o pensamento da vida, não a vida" (Bakunin, "Deus e o Estado"). A afirmação de Bakunin nos permite sustentar que as criações da vida cabem à própria vida e que a teoria, como uma forma de pensar sobre a vida, tem sempre uma defasagem em relação a ela; as teorias, em geral, devem sempre buscar um aprimoramento para uma compreensão

mais adequada dos fenômenos da vida. Bakunin afirma ainda que "a ciência universal é, pois, um ideal que o homem nunca poderá realizar. Estará sempre forçado a contentar-se com a ciência de seu mundo. [...] A ciência é, todavia, muito imensa para que possa ser dominada por um homem ou por uma geração." (Bakunin, "Considerações Filosóficas sobre o Fantasma Divino") Ou seja, nunca conseguiremos ter uma ciência ou teoria geral, que dê conta de toda a realidade; o campo teórico-científico constitui um legado histórico-social e, por isso mesmo, possui suas limitações.

Malatesta, fundamentado em posições semelhantes, concebe o campo teórico-científico, em especial no que diz respeito às análises da sociedade, sempre como um campo provisório, que coloca em xeque o próprio critério de verdade:

> "Na ciência, as teorias, sempre hipotéticas e provisórias, constituem um meio cômodo para reagrupar e vincular os fatos conhecidos, e um instrumento útil à investigação, as descobertas e a interpretação de novos fatos: mas não são a verdade. [...] A dúvida deve ser a posição daqueles que aspiram cada vez mais chegar à verdade ou, pelo menos, a essa porção de verdade que é possível alcançar." (Malatesta, "Anarquismo y Ciencia")

Os métodos de análise e as teorias sociais devem sempre ter como horizonte a compreensão adequada da realidade, mas esses métodos e teorias não podem ser concebidos como verdades absolutas; não há, nesse sentido, uma teoria de base científica definitiva para a explicação social.

Malatesta também enfatiza que "a missão da ciência é descobrir e formular as condições nas quais o fato necessariamente se produz e se repete: ou seja, é dizer o que é e o que necessariamente deve ser." (Anarquismo y Ciencia) Essa afirmação reforça o argumento colocado anteriormente, de que o papel da ciência, e, portanto, da teoria científica, relaciona-se sempre a uma explicação daquilo que é, ou, ainda, daquilo que obrigatoriamente deve ser, no sentido da extrapolação dos elementos de previsão da teoria científica; a ciência, conforme a concebe Malatesta, não pode explicar o futuro e nem aquilo que deveria ser, sendo essa uma das características da ideologia. A estratégia anarquista certamente se apóia em explicações estruturais e conjunturais sobre a realidade e, por isso, relaciona-se com a teoria científica; entretanto, seus objetivos finalistas – revolucionários, socialistas e libertários – e os próprios meios estratégicos concebidos para atingir esses fins não pertencem estritamente ao campo científico ou teórico. Podem ter alguma relação mas não se resumem a ele.

Por esse motivo, compreendemos que não se pode falar em "socialismo científico"; o anarquismo, como uma corrente socialista,

ainda que possua relações com a ciência, não pode ser considerado como tal, e nem somente como uma teoria social. O mesmo se pode dizer de outros socialismos. Malatesta critica, nesse sentido, os desdobramentos, em certo sentido positivistas, dessa noção científica de socialismo em suas diferentes correntes, incluindo o anarquismo.

> "O cientificismo (não digo a ciência) que prevaleceu na segunda metade do século XIX produziu a tendência de considerar verdades científicas, ou seja, leis naturais e, portanto, necessárias e fatais, o que era somente o conceito, correspondente aos diversos interesses e às diversas aspirações, que cada um tinha de justiça, progresso etc., da qual nasceu 'o socialismo científico' e, também, o 'anarquismo científico' que, mesmo professados por nossos grandes representantes, sempre me pareceram concepções barrocas, que confundiam coisas e conceitos distintos por sua própria natureza." (Malatesta, "Anarquismo y Ciencia")

A nosso ver, Bakunin e Malatesta, por meio dessas contribuições, apresentam elementos que nos permitem colocar algumas respostas às questões anteriores. Falamos de métodos e teorias científicas da sociedade e, nesse sentido, compreendemos que as ciências sociais são distintas das ciências naturais e não podem tomar essas últimas como modelo ideal de ciência (o que nos diferencia dos positivistas e empiristas); as teorias que utilizamos para compreender a sociedade – tenham elas foco estrutural, conjuntural, passado ou presente – devem buscar aprimoramentos permanentes, já que nunca conheceremos a sociedade completamente e não conseguiremos prever certeiramente seu futuro; devemos considerar o campo teórico-científico provisório e de incertezas e temos sempre de estar abertos para ajustar nossos métodos e teorias sociais para compreender a realidade de maneira mais adequada.

Quando Malatesta se refere às confusões de "coisas e conceitos distintos", ele coloca uma preocupação quanto à confusão de teoria e ideologia, ou seja, sobre o conhecimento da sociedade e as intervenções que se realizam sobre ela. Considerar que o anarquismo não é uma teoria ou uma ciência permite, para cumprir as exigências que a produção teórico-científica nos coloca, que busquemos aportes de outros campos ideológicos; não compreendemos ser imprescindível buscarmos referencial teórico-metodológico somente dentre os autores anarquistas, mesmo porque, entre eles, há diferenças fundamentais. Além disso, entendemos que não há um método e uma teoria inquestionáveis, aplicáveis e reproduzíveis a toda e qualquer situação, em todo e qualquer tempo. Estar abertos a aperfeiçoar métodos e teorias sociais já existentes e utilizar-se de novos é justamente um mecanismo de evitar cristalizações e dogmatismos que transformam a teoria em elemento ideológico. Sem que a experiência possa, por assim dizer, desafiar a teoria, esta passa a ser um dogma que, de forma ilusória, força a realidade, sem dúvida sempre maior que a teoria, a se encaixar num sistema que tudo explica e tudo deduz. A teoria deve ser construída ou aplicada a partir de uma observação atenta da realidade, pois é a partir dessa observação que se pode confrontar a teoria com a realidade e, assim, validá-la, aprimorá-la, ou mesmo descartá-la. A teoria deve estar aberta para o universo que busca explicar: colhe nele confirmação e, se surgem certos dados que a contrariam, passa a fazer verificações (sobre os dados), revisões (sobre seu próprio funcionamento) e modificações (sobre si mesma).

Entendemos que a necessária abertura neste campo exige que utilizemos, mesmo que com critério, outros referenciais teórico-metodológicos que vão para além do campo anarquista. Para nós, a ideologia anarquista deve

ser concebida muito mais em termos de princípios político-ideológicos (que não excluem elementos de natureza teórica em seu arcabouço doutrinário) do que por elementos de método de análise e teoria social; portanto, pensamos ser possível, e mesmo desejável, que levemos em conta métodos e teorias que foram ou estão sendo produzidos fora do campo anarquista. Nosso parâmetro para incorporar as contribuições teórico-metodológicas não é se elas possuem ou não a "etiqueta" do anarquismo.

Sabemos, entretanto, que o campo teórico-científico não é neutro. É justamente por entendermos que teorias veiculam valores, ou seja, que há ideologia na teoria, que pensamos que se deve, sempre que preciso, recorrer a ou desenvolver elementos teóricos que contribuam para nossa prática política. Acreditamos que devemos ter cuidado para, nos momentos de interlocução teórica, não importarmos sem querer elementos ideológicos de outras correntes que contrariem nossos princípios ou mesmo nossa estratégia geral. É sob o horizonte de radical transformação social que partimos para entender a realidade e nela intervir. Portanto, não são quaisquer métodos ou teorias que nos servem; ainda assim, devemos estar sempre abertos para utilizar novos elementos que nos ajudem a compreender melhor a realidade e, assim, intervir de maneira mais adequada sobre ela.

Mesmo considerando o campo da teoria provisório e em relação ao qual devemos ter a devida abertura, sabemos que é um engano acreditar que a teoria pode cortar o dado amorfo de qualquer forma. Se parece correto dizer que a teoria está imbricada na construção da realidade, é falso acreditar que ela, por si só, constrói seu objeto. Essa visão é indefensável, mesmo nas ciências da natureza, nas quais a consciência, em geral, não corta o objeto da maneira que quiser, e menos ainda garante que as formas que ela constrói encontrem necessariamente um material que lhes corresponda. Ela se torna absurda quando se trata do campo social. Que não haja um saber definitivo e verdadeiro sobre a sociedade, não quer dizer que não haja nenhum conhecimento social ou que se possa dizer qualquer coisa, que toda teoria é apenas um mero "discurso" ou que vale tudo no campo teórico.

Compreendemos ser necessário tratar a "teoria como uma caixa de ferramentas", tal como a concebeu Michel Foucault, tratando "de construir não um sistema, mas um instrumento" para a análise social, o qual "só pode se fazer aos poucos, a partir de uma reflexão (necessariamente histórica em algumas de suas dimensões) sobre situações dadas". (Foucault, "Estratégia Poder-Saber") Temos por objetivo fundamental, no campo teórico-metodológico, construir essa caixa de ferramentas, capaz de nos proporcionar, nos momentos necessários, o ferramental mais adequado para compreendermos a realidade social.

Entretanto, a teoria tem para nós uma função: ela deve subsidiar nossa prática política e, ao mesmo tempo, alimentar-se dela. "Se não nos serve para produzir novos conhecimentos úteis para a prática política, a teoria não serve para nada, se converte em mero tema de palestra improdutiva, de estéril polêmica ideologizante." (FAU, "Huerta Grande") Consideramos, pois, de suma relevância a relação entre a teoria e a prática. A teoria deve estar vinculada com aquelas áreas em que damos combate por meio de nossa militância; caso contrário, acabaremos apenas teorizando por puro esporte ou sem vínculos com nossa militância. Precisamos discutir como fazemos as análises da realidade, a partir de que marco constituímos nossa prática política e por meio de que ferramental. Temos, claramente, de exercitar constantemente o trabalho teórico em nossas organizações. E quanto mais conectada com a prática, mais a teoria conseguirá dar conta do real e, deste modo, ser útil e adequada; quanto mais afastada de uma prática política concreta, corre o sério risco de tornar-se excêntrica e incompreensível, assumindo feições que permanecem no campo do abstrato, da filosofia pela filosofia e inviabilizam essa análise que buscamos da realidade. Mas a teoria, estando imbricada com a necessidade de dar respostas às situações da luta política-social não pode também ser produzida apenas como justificativa para ela. Devemos, ao mesmo tempo, verificar como a teoria subsidia e orienta a intervenção político-social. A prática político-social pode conduzir a formulação teórica à falsidade, com esta virando mero recurso sofisticado de justificativa de ações e não como instrumento de conhecimento da realidade. Por isso, é importante compreender que o problema teórico não se resolve simplesmente pela militância social em sentido estrito. Não compreendemos a teoria sem sua implicação com a mudança social e nem como justificativa de uma prática política.

Para uma organização política, a teoria é relevante exatamente por permitir um conhecimento adequado da realidade em que ela atua e, portanto, a escolha de meios coerentes com os fins que ela deseja atingir. Conhecer um determinado contexto permitirá à organização política que ela trace suas estratégias e táticas sabendo mais ou menos exatamente de onde ela parte e aonde quer chegar, tratando, para isso, de estabelecer os caminhos mais adequados. Desconhecer de onde partimos pode implicar equívocos estratégicos e, assim, com que não caminhemos rumo aos objetivos que almejamos.

Ideologia

Discutir a ideologia, para nós, implica diferenciar duas abordagens que temos utilizado: a primeira, no sentido mais amplo, da ideologia como parte da esfera ideológica/cultural, e, portanto, das idéias, representações e valores

que são produzidos e reproduzidos nos imaginários dos distintos sujeitos sociais; a segunda, em sentido mais restrito, da ideologia como doutrina, e, portanto, como conjuntos de pensamento e ação desenvolvidos historicamente e que atuam politicamente no jogo de forças da sociedade, o qual é responsável pelo estabelecimento das relações de poder. Trataremos a seguir de ambas as abordagens.

A ideologia como elemento da esfera cultural/ideológica

Consideramos que vivemos em um sistema com uma determinada estrutura e que podemos pensar na representação desse conjunto sistêmico-estrutural por meio da interação entre três esferas fundamentais: econômica, política/jurídica/militar e cultural/ideológica.

Por isso, discutir a ideologia, nesse sentido amplo, implica algumas noções que estão relacionadas a essa terceira esfera do campo social, que tem por base as noções de cultura e ideologia. A cultura está relacionada com as atitudes, normas, crenças, mais ou menos compartilhadas pelos membros de uma sociedade. Envolve conhecimentos, arte, moral, costumes e hábito, e possui relação com as instituições sociais, a forma de vida em sociedade, as existências familiares, os laços, os vínculos e as perspectivas. A ideologia diz respeito a tudo o que circula no campo das idéias e das subjetividades. Os sentimentos de religiosidade e o mundo das utopias e das aspirações do ser humano se encontram neste nível. Os conteúdos das mensagens, a estética e valores contidos na comunicação e na cultura também estão neste nível. Essa esfera, portanto, relaciona-se ao campo das idéias, das subjetividades e do simbólico.

É fundamental tomar em conta o processo de constituição histórica e social dessas idéias, representações e valores que são produzidos e reproduzidos nos imaginários dos distintos sujeitos sociais. Entretanto, ainda que a ideologia vincule-se às condições histórico-sociais, ela não emana mecanicamente delas. A ideologia "requer um desenvolvimento determinado de sua análise para que não fique relegada ao aparato ideológico que se apóia nas relações entre infra e superestrutura, e nem nesse caráter a ela tão comumente atribuído de distorcer, mascarar a 'realidade' e a 'racionalidade'." (FAU-FAG, "Wellington Gallarza e Malvina Tavares") Não consideramos que a esfera cultural/ideológica seja, pura e simplesmente, um reflexo mecânico das outras esferas, e, se por um lado ela sofre determinação econômica e política, por outro, produz e reproduz elementos relevantes para a constituição estrutural e sistêmica de nossas sociedades.

"Em determinados momentos históricos, se produz, fortemente, um conjunto articulado de idéias, representações, noções no interior do imaginário dos distintos sujeitos sociais. É este conjunto articulado de caráter imaginário, que toma a forma de 'certezas' defendidas pelos próprios sujeitos sociais. Isso é o que pode transformar esses sujeitos em protagonistas de sua própria história ou em sujeitos passivos e/ou disciplinados pelas forças dominantes. É isso que chamamos de ideologia. Assim, a ideologia tem a ver diretamente com a constituição histórica dos sujeitos sociais e com a forma como eles se expressam na sociedade. É algo bem distinto da noção que a ideologia seja a falsificação da realidade, justamente porque ela é um dos componentes fundamentais de qualquer realidade social." (FAU-FAG, "Wellington Gallarza e Malvina Tavares")

A ideologia constitui, assim, um elemento relevante da realidade social. Se ela não emana mecanicamente de condições econômicas e políticas, devemos ter em mente que o

trabalho de produção ideológica, de produção de uma ideologia de transformação, é relevante para nossa proposta de transformação social. Também não queremos ir para o outro oposto, que seria considerar que a esfera cultural/ideológica é a mais relevante e determina necessariamente todas as outras; não será o mero combate cultural e ideológico que proporcionará as transformações sociais que desejamos, uma vez que "é a idéia que deve animar a vontade, mas que são necessárias determinadas condições para que a idéia possa nascer e agir". (Malatesta, "'Idealismo' e 'Materialismo'") Além disso, devese pontuar que a esfera cultural/ideológica possui um ritmo de transformação mais lento que as outras, e que ela conta com elementos não-racionais. Numa estratégia coerente, as mudanças ideológicas devem ser concebidas tomando em conta ambos os fatores.

Temos que ter por objetivo, no que diz respeito a essa esfera, construir outros sujeitos sociais com outras idéias, representações e outros valores, tomando em conta nossa experiência classista.

> "Nossa vontade de transformação e nossas intenções conformam um imaginário social e político de matriz revolucionária. Pensar nesse imaginário apenas como um modelo acabado e definido (uma ideologia mais ou menos consciente) já prescrito nos livros e brochuras é ignorar toda uma tradição popular que se assenta na resistência histórica da classe." (FARJ. "A OEA como Conseqüência do Acúmulo Organizativo")

As práticas que envolvem o campo ideológico e que se apóiam em valores como liberdade e emancipação nos parecem centrais para modificar as noções atualmente vigentes, que se materializam nos corpos e nas mentes dos distintos sujeitos. Acreditamos ser relevante refletir se estamos, de fato, produzindo e reproduzindo uma ideologia libertária e socialista, ou se estamos apenas reproduzindo a ideologia vigente de nosso sistema de dominação.

A ideologia como doutrina e o anarquismo

Discutir a ideologia como doutrina – e, portanto, como conjuntos de pensamento e ação desenvolvidos historicamente e que atuam politicamente no jogo de forças da sociedade, o qual é responsável pelo estabelecimento das relações de poder – e situar o anarquismo como uma ideologia implica, também, algumas noções.

No terreno da política está em jogo uma interação dinâmica do atuar e do saber, que não pode ser exatamente mensurada. É tipo uma "zona parda" onde é difícil determinar uma cor em estado puro. O conceito de doutrina está justamente nesta área que indicamos brevemente. Devemos lembrar que as ideologias podem derivar em política tal como conceituamos, mas também têm suas manifestações em outras formas, como a religião, para nos referir a um caso comum e corrente. Para nossos fins, a doutrina como sistematização racional de elementos ideológicos já é produto das interações do imaginário social – em suas formas "pré-reflexivas" – com certos elementos de interpretação teórica. Os "princípios" estão formados na região entrecruzada da política.

No sentido político-doutrinário, "a ideologia é pensamento e ação" (FAU, "O que é Ideologia") e, assim, não pode ser concebida como pensamentos ou ações tomados separadamente. O anarquismo, assim, constitui uma ideologia que contém elementos de natureza doutrinária, política e teórica interagindo dinamicamente.

> "O anarquismo constitui uma corrente de pensamento e tradição de luta socialista, se inserindo como uma variante das idéias e práticas construídas nesse campo. Ao longo de sua história, firmou determinados pre-

ceitos ideológicos que lhe deram um estilo e traçou metas. O anarquismo surge, então, como proposta de luta (articulando preceitos político-organizativos e teórico-ideológicos) em favor do interesse histórico dos trabalhadores." (CAZP. "Declaração de Princípios")

O anarquismo é composto de um conjunto de pensamentos e ações articulado sistematicamente. Implica idéias, aspirações, valores, sentimentos e motivações que interagem com as práticas políticas. A ideologia anarquista fornece as bases estratégicas para intervenções políticas que têm como objetivo transformar as relações de poder; ela inclui meios (estratégias) de se alcançar seus horizontes revolucionários, o que se traduz, em termos históricos, na prática política. Essa prática política parte de três elementos fundamentais:

"1. A formulação de um objetivo finalista (que deve ser explicado da maneira mais clara possível). 2. A apreensão ou compreensão definida da realidade em que se vive, por meio de sua análise profunda e exaustiva. 3. A previsão mais aproximada possível do futuro desta realidade, de sua transformação, tanto naquilo que seja espontâneo, quanto deliberado. Ou seja, em nosso caso, a ideologia não admite o caráter de espectador interessado e analítico das condições ou transformações espontâneas da realidade, mas nos obriga a pensar voluntariamente, voluntariosamente, no sentido de seu futuro." (FAU, "O que é Ideologia")

A ideologia anarquista, no intuito de intervir politicamente na realidade, com vistas a transformar as relações de poder, estabelece objetivos, leituras da realidade e estratégias e táticas adequadas para tal intervenção. Seus objetivos são socialistas e libertários e apontam para a criação de um sistema federalista e autogestionário; suas leituras da realidade estabelecem críticas, estruturais e conjunturais, dos sistemas de dominação; suas estratégias são coerentes com seus objetivos e revolucionárias.

Teoria e ideologia

Tendo definido e discutido brevemente os conceitos de teoria e ideologia com os quais trabalhamos, queremos, neste momento, relacioná-los, já que mesmo os distinguindo, não os consideramos conceitos estanques; eles certamente possuem relações. Retornamos aqui ao argumento apresentado no início desse texto, de que "a teoria está relacionada ao conhecimento da sociedade e a ideologia a um nível de análise relativamente autônomo que, muitas vezes, se traduz em práticas políticas fundamentadas numa concepção do 'vir a ser' da sociedade"; retomaremos aqui essa distinção e colocaremos algumas questões que nos permitam pensar a relação entre teoria e ideologia. Em primeiro lugar, podemos afirmar que, tomando em conta a ideologia anarquista, "à teoria compete a função de compreensão da realidade passada e presente; à ideologia compete a função de intervir sobre a realidade presente, no intuito de transformá-la". (OASL, "Declaração de Princípios")

Reforçamos a necessidade, para uma prática política coerente, de diferenciar os conceitos de teoria e ideologia; conforme buscamos demonstrar, a primeira está relacionada ao campo do conhecimento, da ciência, e a segunda ao campo da doutrina, da política. A teoria deve buscar responder o que é, e a ideologia tem como função ser um combustível que impulsione a prática política em relação a um vir a ser, aquilo que gostaríamos que fosse. A primeira relaciona-se ao conhecimento do passado e do presente e, eventualmente, de prognósticos "certeiros" em relação ao futuro (ainda que, reforcemos, no campo social esses prognósticos

certeiros sejam bastante questionáveis); a segunda relaciona-se a uma perspectiva de futuro e de uma adequação estratégica entre os dados sistematizados pela primeira e os objetivos finalistas estabelecidos pela segunda – trata-se do estabelecimento de meios para sair de onde estamos e chegar aonde queremos.

> "A teoria torna precisa, circunstancializa as condicionantes da ação política: a ideologia motiva-a e a impulsiona, configurando-a em suas metas 'ideais' e seu estilo. Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreita, já que as propostas destas se confundem e se apóiam nas conclusões da análise teórica. Uma ideologia será tanto mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente se apóie nas aquisições da teoria." (FAU, "Huerta Grande")

A ideologia no sentido político-doutrinário, essencialmente pensamento e ação, apresenta distintos elementos de ordem não-científica, como aspirações, valores, sentimentos, motivações, que impulsionam práticas políticas determinadas. A teoria, distintamente, se relaciona com método de análise e teoria social e busca elaborar instrumentos conceituais para conhecer a realidade em profundidade, tendo de fazer isso com a maior precisão possível, e buscando aproximar-se ao máximo da ciência. Entretanto, essa "vinculação estreita" entre teoria e ideologia nos permite afirmar que, de um ponto de vista social e histórico, o anarquismo também foi conformado por elementos de crítica social, postulados teóricos que se expressaram na sua crítica da sociedade; críticas que, em boa medida, eram patrimônio comum de todo o campo socialista.

Podemos afirmar, a partir desses conceitos discutidos, que, para nós, o anarquismo se define pela perspectiva de certeza ideológica e dúvida teórica permanente. Por um lado, trata-se de conservar permanentemente princípios ideológicos que nos são fundamentais; por isso, não somos "antidogmáticos" em relação a nossos princípios, que norteiam nossos pensamentos e nossas ações e são inegociáveis. Por outro, trata-se de buscar as ferramentas mais adequadas para compreender a realidade que desejamos transformar, com significativa abertura e postura antidogmática; como colocamos, não constitui uma obrigação interpretar a realidade por meio de ferramentas desenvolvidas por anarquistas. Assim, para nós, certeza ideológica não acarreta certeza teórica.

A dúvida teórica nos permite sempre procurar novas ferramentas quando a realidade nos coloca novos desafios para a atuação militante. Isso não significa aderir a qualquer teoria, mas analisar as teorias passadas e presentes e investigar se algumas das suas explicações e predições lançam luz principalmente sobre erros que cometemos, porque encontramos limi-

tações para ler a realidade em situações concretas de atuação. Se a teoria não contribui para a nossa prática política, não há porque adotá-la. Se há fatos que determinado método ou teoria social não explicam, eles precisam ser revistos. Falamos aqui em fatos como a realidade social em que estamos inseridos. A humanidade desenvolveu diversas maneiras de compreender fatos que ocorreram em determinados momentos históricos. Ao mesmo tempo, se não podemos querer encaixar a realidade na teoria, devemos também ter o cuidado de não trabalhar a realidade de maneira pragmática, considerando que ela, por si só, oferece as respostas, sendo, nesse caso, a teoria apenas um acessório.

Se nossa teoria não consegue explicar como a realidade social está se desenvolvendo, quais suas relações, ela não irá ajudar na nossa estratégia de transformação social. Da mesma maneira, uma prática política que se desvia dos nosso princípios e/ou é fruto de uma avaliação teórica equivocada não pode gerar uma nova teoria que a justifique, pois, da mesma maneira, estaríamos incorrendo em erro.

Assumir um único método ou uma única teoria social – que, conforme argumentamos, estão, para nós, no campo da teoria – como princípio ideológico, significa privar-se de compreender a realidade como ela é e adotar uma postura enviesada de interpretar a realidade como gostaríamos que fosse; isso não possui qualquer senso de realidade e, muito menos, de ciência.

Confundir teoria e ideologia significa incorrer em alguns erros fundamentais: amarrar-se em métodos e teorias que têm obrigação de explicar a realidade, ainda que a realidade coloque em xeque esse próprio método e essa própria teoria – ou seja, elevar elementos de ordem teórica ao status ideológico e correr seriamente o risco de não interpretar a realidade da melhor maneira possível; acreditar que métodos e teorias podem prever cientificamente o futuro e arrogar-se a uma posição que já foi contestada pela própria realidade histórico-social – não podemos ter certeza do que ocorrerá no futuro, mas temos maneiras de estabelecer tendências e possibilidades sobre o "para onde caminha a realidade"; privar-se dos aportes teóricos que surgem provindos de outros meios e que, não sendo considerados parte de nossa ideologia, são rechaçados – uma avaliação ideológica de algo teórico; prejudicar a prática política por razão de uma leitura da realidade mal feita e, portanto, equivocar-se estrategicamente nos melhores meios para se atingir os fins estabelecidos.

Trata-se, portanto, de manter as nossas certezas ideológicas que estão relacionadas à nossa vontade de transformação social e a serenidade crítica e a abertura necessárias para o conhecimento que queremos ter da realidade. Afinal, distinguir ideologia de teoria não sig-

nifica afirmar que qualquer abordagem teórico-metodológica possui a mesma eficácia; certamente há algumas mais adequadas que outras. E devemos, em nossas reflexões teóricas, buscar construir essa "caixa de ferramentas" que nos permita, por meio de métodos e teorias sociais, interpretar a realidade da melhor maneira possível, permitindo que nossas estratégias e táticas sejam as mais adequadas.

Consideramos, também, que devemos tomar em conta a inter-influência entre teoria e ideologia pois, conforme colocamos, ainda que os tratemos como conceitos distintos, eles se relacionam. Nesse sentido, não devemos considerá-los como elementos estanques e completamente apartados.

> "Entre teoria e ideologia existe uma vinculação estreita, já que as propostas destas se confundem e se apóiam nas conclusões da análise teórica. Uma ideologia será tanto mais eficaz como motor da ação política, quanto mais firmemente se apóie nas aquisições da teoria." (FAU, "Huerta Grande")

A teoria é influenciada pela ideologia de diversas maneiras. Não sustentamos a neutralidade da teoria; assim, consideramos que os métodos e as teorias – o campo teórico de maneira geral, incluindo suas categorias, conceitos, questões, seleção dos fatos da realidade – possui motivações ideológicas que terminam tendo influência sobre ele. Essa influência pode ser notada pelas intenções e interesses que norteiam a produção teórica – ou seja, para quê e para quem essa teoria é produzida e com que objetivo. A ideologia é influenciada pela teoria também, de distintas formas. Na elaboração dos princípios e estratégias fundamentais de uma determinada ideologia, há elementos de ordem teórica em sua elaboração que, dependendo da maneira que forem modificados, podem colocar em xeque o próprio cerne de uma ideologia. Por exemplo: a adoção de teorias que considerem não haver classes na sociedade pode colocar em questão o princípio classista do anarquismo.

O "fato como é" que estuda a teoria também guarda disposições ideológicas do "como deve ser", dos mecanismos de verdade que jogam na formação do real – social e historicamente – e do futuro atualizado e reatualizado nas crenças e valores que constituem um sujeito na sua condução da vida cotidiana. Por exemplo, o modo de vida que atualiza o capitalismo é também um "como deve ser", tem uma indiscutível direção moral sobre o que acontece. Por sua vez, a ideologia não é só um "vir a ser" mas também e não menos importante, uma incorporação de tal sentido em disposições de comportamento, hábito, conduta moral. É um "estilo militante", como dizemos em política; um jeito

do fazer, uma atitude prefigurativa que parte do agora e se molda no cotidiano por relações de sentido que nem sempre estão mediadas pelo consciente ou o racional; que pode ser interpelada por um discurso teórico como elucidação, como princípio de lucidez, mas que sempre transborda as suas categorias formais.

Teoria, ideologia e prática política

Em conclusão, queremos afirmar que teoria e ideologia constituem as bases da prática política anarquista.

Nossa prática política envolve elementos de ordem teórica e ideológica: temos determinados princípios e uma estratégia geral, que constituem elementos essencialmente ideológicos; realizamos leituras estruturais e conjunturais, do passado e do presente, e tentamos estabelecer alguns prognósticos, que constituem elementos essencialmente teóricos; buscamos conciliar nossos objetivos finalistas com nossa leitura da realidade e, por meio de uma prática política, transformar a sociedade presente na sociedade que desejamos para o futuro sendo, para isso, fundamentais outros elementos de ordem teórica e ideológica.

Nossa prática política deve, por isso, manejar adequadamente os conceitos de teoria e ideologia, sabendo diferenciá-los e/ou reconhecer sua influência, a depender das circunstâncias.

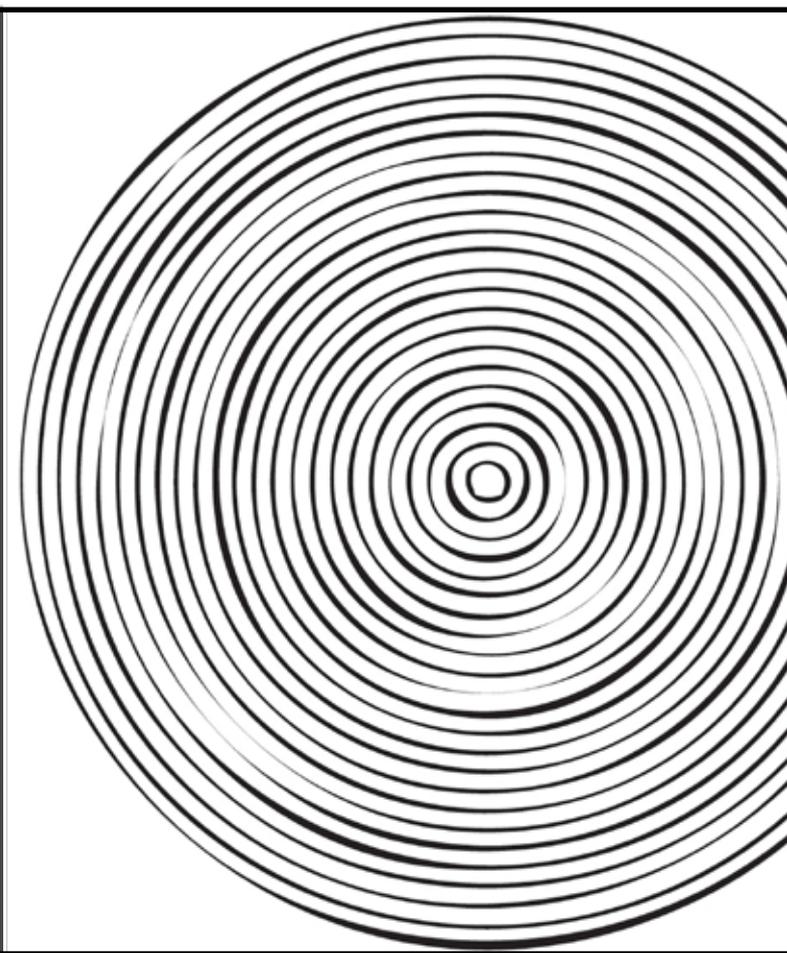
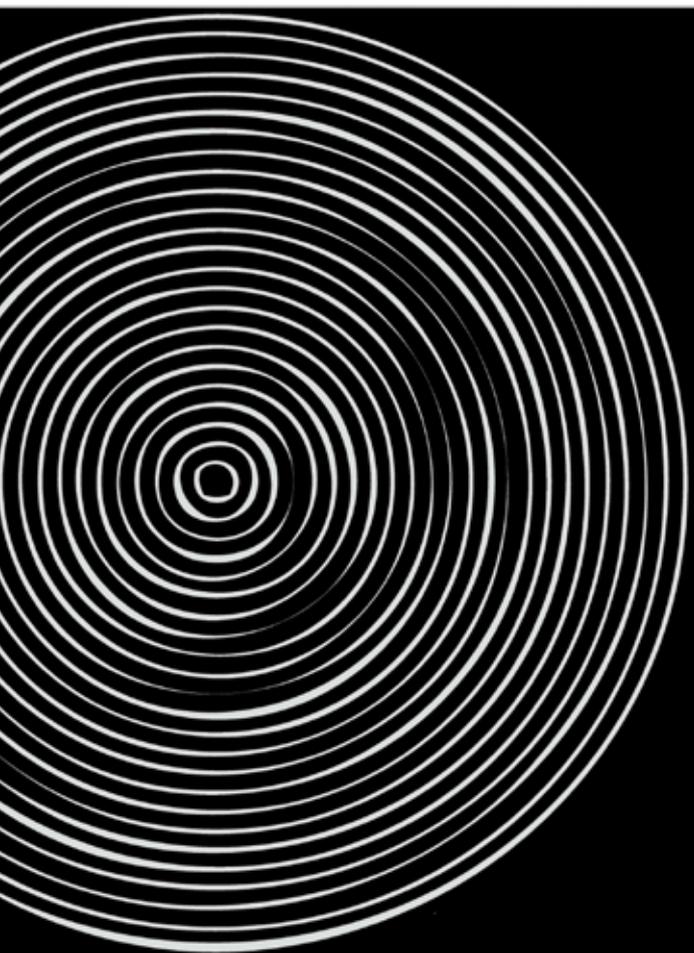
Em termos gerais, podemos dizer que a teoria abarca o "como" vamos analisar e produzir conhecimento sobre o campo social-histórico, a ideologia refere-se a um nível da análise que tem sua "autonomia relativa" e que está em interdependência no conjunto da estrutura global; ela, em geral, contém uma perspectiva de futuro – vinculada, em nosso interesse, à prática política, ganha traços de doutrina.

Fazendo isso, compreendemos poder potencializar nossa intervenção e nosso projeto de poder popular, avançar em relação à nossa estratégia geral. Como afirmamos anteriormente: "A CAB tem por objetivo impulsionar um projeto de poder popular nas localidades em que atua, fazendo do anarquismo a centelha que deve incendiar os movimentos populares, rumo ao nosso ideal de socialismo e liberdade." (CAB, "Nossa Concepção de Poder Popular")

Para isso, entendemos como um próximo passo caminhar na construção de nossa caixa de ferramentas teóricas e na elaboração programática de nossa estratégia nacional.

Nota sobre as imagens:
Ilustrações de Frans Masereel, retiradas do livro Die Stadt. *Obra integralmente composta de xilogravuras que retrata os conflitos pessoais e coletivos vividos nas cidades alemãs do começo do século XX.*

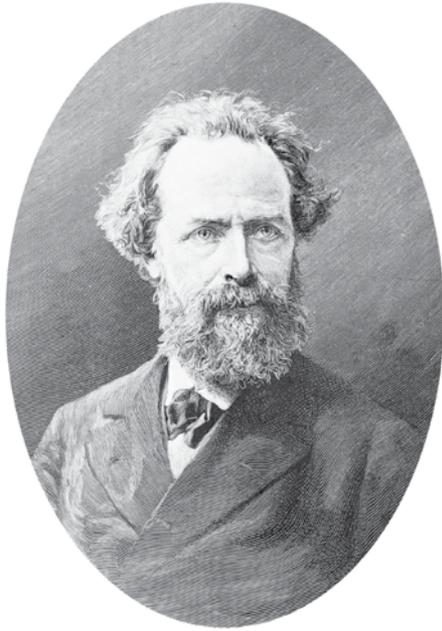
DISTINTAS ABORDAGENS TEÓRICAS DOS ANARQUISTAS:
A RELAÇÃO ENTRE AS ESFERAS SOCIAIS

Coordenação Anarquista Brasileira

Partindo da discussão realizada em "Teoria e Ideologia", gostaríamos, como dizia Mikhail Bakunin, mais do que "falar do torno", começar a "tornear". Para isso, elaboramos uma discussão sobre as diferentes abordagens teóricas dos anarquistas, com foco na relação entre as esferas sociais. Essa discussão tem por objetivo fortalecer o argumento já colocado naquele texto, de que "O anarquismo é [...] uma ideologia e têm utilizado historicamente distintas teorias sociais para compreender a realidade"; ou seja, o que define o anarquismo são os elementos ideológicos em conjunto com determinados postulados teóricos. Pretendemos sustentar esse argumento, mostrando que os anarquistas, clássicos e/ou contemporâneos, defendem propostas distintas no campo do método de análise e da teoria social, e que isso não os faz mais ou menos anarquistas, visto que o que define o anarquismo não é o método e/ou a teoria que utilizam para analisar a sociedade, mas um conjunto de princípios político-ideológicos, que contém noções teóricas de critica à estrutura social.[1] Sustentamos, assim, que o anarquismo não é uma teoria para análise da sociedade, mas uma ideologia que se concretiza numa prática política pautada nesses princípios.

Desde seu surgimento, o anarquismo vem se apoiando em distintas matrizes teórico-epistemológicas, diversos métodos de análise e teorias sociais para conhecer a realidade. Esses aspectos são aqui considerados como pertencentes ao campo da teoria, utilizado historicamente pelos anarquistas. Pela relação já apontada entre teoria e ciência, entendemos não ser possível dissociar a teoria utilizada pelos anarquistas do contexto em que estiveram inseridas. Do ponto de vista dos anarquistas clássicos, pode-se dizer que Bakunin, Piotr Kropotkin, Élisée Reclus, Rudolf Rocker e Errico Malatesta sustentavam perspectivas teóricas distintas, sem terem deixado, por isso, de ser anarquistas. Levando em conta as continuidades e permanências que o anarquismo teve a partir desses clássicos, pode-se dizer, da mesma maneira, que é possível notar diferenças teóricas relevantes, sem que se coloque em xeque o anarquismo desses anarquistas.

Debates que envolvem o materialismo e o idealismo, mas, principalmente, a relação entre as três esferas sociais – econômica, política/jurídica/militar, cultural/ideológica –, evidenciam claramente as distintas perspectivas teóricas que vêm sendo adotadas pelos anarquistas ao longo da história.

Mikhail Bakunin

A predominância da esfera econômica em relação às outras foi sustentada por alguns anarquistas. Bakunin, nesse sentido, afirma que "toda a história intelectual e moral política e social da humanidade é um reflexo de sua história econômica". Entretanto, sua posição não é determinista; ele enfatiza que "a escravidão política, o Estado, por sua vez, reproduz e conserva a miséria, como uma condição de sua existência;

Élisée Reclus

assim, para destruir a miséria, é preciso destruir o Estado". E ainda: "o temperamento e o caráter particulares de cada raça e de cada povo" são "produtos de um grande número de causas etnográficas, climatológicas e econômicas, tanto quanto históricas"; no entanto, "uma vez dadas, exercem [...] uma influência considerável sobre seus destinos, e até mesmo sobre o desenvolvimento de suas forças econômicas." (Bakunin, "Deus e o Estado", "Carta ao Jornal La Liberté / Escritos Contra Marx")

Para Bakunin, ainda que haja uma relevância maior da esfera econômica em relação às outras, estas também possuiriam capacidade de determinar a economia. Posição semelhante é defendida pela Federação dos Anarquistas Comunistas da Itália, que sustenta que a história é a "história dos antagonismos criados pelas relações de produção", "dos interesses econômicos em jogo". (FdCA, "Anarchist-Communists")

Outra maneira de compreender a relação entre as esferas é por meio de uma correlação entre a esfera econômica e a esfera política/jurídica/militar, a qual também é defendida por anarquistas. Kropotkin, ao elaborar sua teoria do Direito, enfatiza que a lei foi "feita para garantir os frutos da pilhagem, do açambarcamento e da exploração", tendo seguido "as mesmas fases do capital: irmão e irmã gêmeos, caminharam de mãos dadas, nutrindo-se ambos dos sofrimentos e das misérias da sociedade". (Kropotkin, "A Lei e a Autoridade") A relação entre as esferas, nesse caso, poderia ser compreendida como o resultado da relação entre economia e política: a esfera política/jurídica/militar constituiria um todo juntamente com a esfera econômica, tendo as duas, capacidade de influência mútua.

Essas posições poderiam ser, mais facilmente, colocadas dentro do campo do materialismo, se ele for definido conforme a afirmação de Bakunin, de que "os fatos têm primazia sobre as idéias". (Bakunin, "Deus e o Estado") Nessas posições – e, principalmente, nas que priorizam a esfera econômica – a esfera cultural/ideológica tem um papel secundário.

Muitos foram os anarquistas que reivindicaram o materialismo. O chinês Ba Jin afirmou: "Somos materialistas (destacados anarquistas como Kropotkin e Bakunin foram todos materialistas). Entendemos que a chegada da revolução social não pode estar determinada por nossas boas intenções." (Ba Jin, "El Anarquismo y la Cuestión de la Práctica") O francês George Fontenis e a organização anarquista argentina Resistência Libertária também reivindicaram o materialismo. (Fontenis, "Manifiesto Comunista Libertario"; Resistencia Libertaria "El Partido Libertario")

Entretanto, devemos considerar, para os anarquistas do século XIX, o que significava essa defesa do materialismo, ainda que essa noção tenha mostrado particularidades distintas entre as diversas referências do anarquismo clássico. Aquele momento histórico, de surgimento do socialismo, e do próprio anarquismo, estava fortemente marcado por um contexto que, no campo do conhecimento, buscava superar as explicações sociais de bases metafísicas e teológicas, significativamente vigentes até aquele momento, e compreender a realidade a partir dos fatos, de maneira a conhecê-la da melhor maneira possível. Esse contexto relaciona-se, historicamente,

com o próprio desenvolvimento das Ciências Sociais e do positivismo. Para se transformar a realidade, considerava-se necessário conhecê-la e, pelo menos no campo social, a ciência parecia a ferramenta mais adequada para proporcionar esse conhecimento. A defesa que Bakunin realiza do materialismo deve ser compreendida, ao menos em parte, neste sentido. Ele, assim como Marx e outros socialistas, buscava distanciar-se das fundamentações metafísicas e teológicas, chamadas de idealistas, em suas tentativas de compreender o real.

Ainda assim, as discussões entre o materialismo e o idealismo passaram a envolver outros elementos, e suas discussões aplicadas à relação entre as esferas sociais tornaram-se mais complexas. O século XX foi marcado por vários estudos no campo da teoria social que demonstraram que a realidade, mesmo observada a partir de uma perspectiva racional, possui elementos subjetivos, e que as idéias, ou os elementos presentes da esfera cultural/ideológica, possuem capacidade de determinação dos fatos, das esferas política/jurídica/militar e econômica – estudos que se devem, em grande medida, tanto ao desenvolvimento da Psicologia e de determinados campos das Ciências Sociais, e da História.

Alguns anarquistas, observando esse desenvolvimento no campo da teoria, passaram a reivindicar a relevância da esfera cultural/ideológica, partindo da concepção de que as idéias, os aspectos subjetivos, poderiam influenciar os fatos, os aspectos objetivos. Malatesta reflete sobre isso e enfatiza:

> "Há alguns anos, todo mundo era 'materialista'. Em nome de uma 'ciência' que, definitivamente, erigia em dogmas os princípios gerais extraídos de conhecimentos positivos muito incompletos, tinha-se a pretensão de explicar toda a psicologia humana e toda a história atormentada da humanidade por simples necessidades materiais elementares." (Malatesta, "'Idealismo' e 'Materialismo'")

Sua crítica, naquele momento, enfatizava que, tendo ido para o outro oposto, grande parte das pessoas estava adotando uma postura completamente idealista: "Hoje, todo mundo é 'idealista': todos [...] tratam o homem como se ele fosse um puro espírito, para quem comer, vestir-se, satisfazer suas necessidades fisiológicas fossem coisas negligenciáveis". Ele afirma, ao final, um meio-termo, que se reflete em seu projeto de emancipação: dever-se-ia considerar que "a emancipação moral, a emancipação política e a emancipação econômica são indissociáveis". (Malatesta, "'Idealismo' e 'Materialismo'")

Posições que defendem essa interdependência entre as três esferas têm sido desenvolvidas por organizações como a Federação Anarquista Uruguaia (FAU) e a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), que afirmam que a sociedade constitui uma "estrutura global sem predomínio estabelecido a priori, sem determinação [entre as esferas], a não ser a interdependência. O 'determinante', se se quer utilizar o termo, seria a matriz que esse conjunto global possui." (FAU-FAG, "Wellington Gallarza e Malvina Tavares")

Outros anarquistas incorporaram essa relação de influência mútua entre as esferas, como Rocker, que considera que "o fato de influírem as condições econômicas e formas especiais de produção na história do desenvolvimento das sociedades humanas não é novidade para ninguém". Entretanto, "nunca foram as forças econômicas que serviram de móvel a todas as outras. Acontecimentos sociais realizam-se por obra de uma série de diversas causas, que na sua maioria se entrelaçam: tão intimamente que é impossível afinal delimitá-las entre si." (Rocker, "A Insuficiência do Materialismo Histórico")

Rocker investigou aspectos culturais da sociedade e verificou sua relevância na influência entre as esferas. Chegou mesmo a sustentar que "toda a política emana em última instância da concepção religiosa dos homens" e que "todo o econômico é de natureza cultural". Uma afirmação que evidencia a relevância fundamental, do seu ponto de vista, da esfera cultural/

Ba Jin

ideológica. Levando a centralidade dessa esfera ao limite, anarquistas como Reclus chegaram a afirmar que "a grande evolução intelectual, que emancipa os espíritos, tem por conseqüência lógica a emancipação, na realidade, dos indivíduos em todas as suas relações com outros indivíduos". (Reclus, "A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista")

Esses elementos permitem afirmar que há diferenças fundamentais entre os modelos teóricos, que dizem respeito à relação entre as esferas, adotados pelos anarquistas ao longo do tempo. Há alguns que conferem centralidade à economia; outros, pautando-se também mais nos fatos que nas idéias, consideram que são a economia e a política, inter-relacionadas, que determinam o real. Há também aqueles que consideram que as três esferas são interdependentes; outros, ainda, conferem centralidade à esfera cultural/ideológica.

Podemos, sem dúvidas, afirmar que algumas dessas posições são mais materialistas que outras, se levada em conta a definição de Bakunin. Entretanto, todas essas abordagens, independente de seus fundamentos teóricos, superaram o paradigma idealista do século XIX, fundamentado nas análises filosóficas de base metafísica e teológica. Os anarquistas nunca buscaram explicar a realidade sem a utilização da racionalidade, de métodos e de teorias.

Conforme demonstra René Berthier, esse debate que envolve o materialismo e a relação entre as esferas também desenvolveu compreensões bastante distintas em outras correntes socialistas, em especial, no marxismo. Marx, no famoso "Prefácio de Contribuição à Crítica da Economia Política" afirma que as relações de produção constituem a estrutura econômica da sociedade; uma "base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência"; segundo sustenta, "a transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura". Berthier sustenta que, apesar dessa afirmação, Marx não pode ser considerado como um defensor absoluto do determinismo econômico, tal como posteriormente foi compreendido por alguns intérpretes. Em *O Capital*, por exemplo, Marx ao analisar os momentos da acumulação primitiva, diz que eles "baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência" do "poder do Estado"; a "violência concentrada e organizada da sociedade" para impulsionar a transformação do feudalismo em capitalismo. Ainda que ele afirme que a violência seja uma "potência econômica", reconhece nela um elemento político, perpetrado, nesse caso, pelo Estado, que teria proporcionado garantias fundamentais para o desenvolvimento da economia capitalista. Berthier também afirma que, em suas obras históricas, particularmente em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte e em As Lutas de Classe na França,* Marx não explica o desenvolvimento histórico somente como uma conseqüência da economia e da política, e leva em conta aspectos culturais e ideológicos que tiveram determinação fundamental nos acontecimentos históricos. (Berthier, "Filosofia Política do Anarquismo") Friedrich Engels, em 1890, parece aproximar sua posição da de Bakunin:

"De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. Assim, se alguém distorce isto afirmando que o fator econômico é o único determinante, ele transforma esta proposição em algo abstrato, sem sentido e em uma frase vazia. As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma. Há uma interação entre todos estes vetores entre os quais há um sem número de acidentes (isto é, coisas e eventos de conexão tão remota, ou mesmo impossível, de provar que podemos tomá-los como não-existentes ou negligenciá-los em nossa análise), mas que o movimento econômico se assenta finalmente como necessário. Do contrário, a aplicação da teoria a qualquer período da história que seja selecionado seria mais fácil do que uma simples equação de primeiro grau." (Engels, "Carta a Bloch")

Parece evidente que esse debate e as distintas posições demonstram um fato bastante claro: a dificuldade de explicar a realidade social, que vem tentando ser levada a cabo por meio de diferentes métodos de análise e teorias sociais, não somente no anarquismo e no socialismo, mas nas Ciências Humanas de maneira geral. Essas posições, longe de demonstrar uma incoerência teórica do anarquismo, ou de outras correntes socialistas, evidenciam sua busca por explicações mais adequadas da realidade. Os elementos apresentados sustentam a afirmação colocada anteriormente, de que os debates sobre método e teoria, e que passam pela relação entre as esferas, envolvem posições distintas entre os socialistas em geral e os anarquistas em particular; não colocam em xeque, entretanto, seu socialismo ou seu anarquismo.

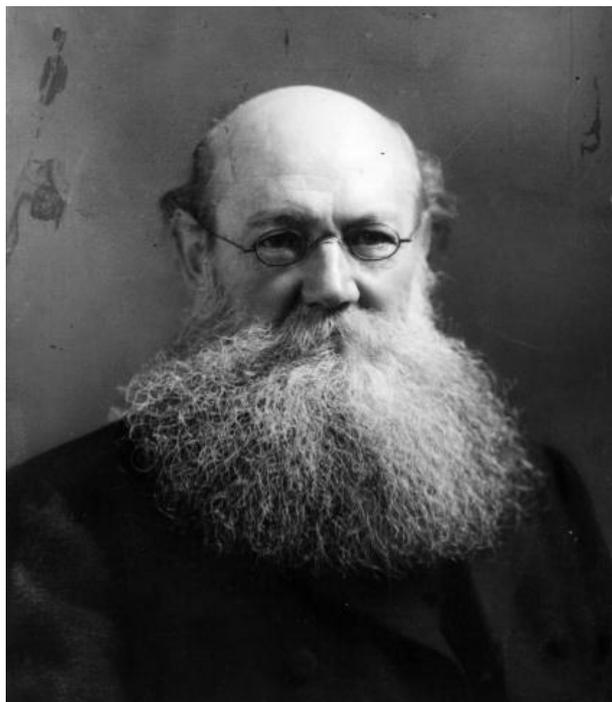
As questões envolvidas nesse debate, entretanto, de acordo com os conceitos aqui colocados se referem ao campo da teoria. Os anarquistas em questão compartilham os princípios político-ideológicos do anarquismo; são, portanto, anarquistas, ainda que divirjam em questões de teoria. As diferentes possibilidades de se compreender o materialismo, o idealismo, as relações entre fatos e idéias, as esferas e suas possíveis determinações, não fazem do anarquismo mais ou menos anarquista. O que se pode afirmar é que, desde o século XIX, as posições filosóficas de base metafísica ou teológica foram descartadas; realiza-se, portanto, no campo da teoria, independente das posições adotadas, análises e explicações que se apóiam na racionalidade, em métodos e em teorias determinadas.

Rudolph Rocker

Essa distinção entre ideologia e teoria subsidia a posição aqui adotada; ao discutir o anarquismo, não se leva em conta, em geral, no que diz respeito aos aspectos constitutivos da ideologia anarquista, os elementos teóricos, que vêm sendo historicamente utilizados pelos anarquistas como ferramentas de compreensão da realidade.

O estabelecimento desses fundamentos implica divergir de abordagens como as de Jorge Solomonoff ("Liberalismo de Avanzada"), que consideram o materialismo um princípio anarquista; o critério utilizado pelo autor para excluir Rocker do campo anarquista é justamente o fato de ele, segundo o autor, ter abandonado o materialismo, priorizando as idéias em relação aos fatos. Implica, também, divergir de abordagens que consideram anarquistas as posições de Paul Feyerabend ("Contra o Método"), as quais se sustentam em reflexões puramente teórico-epistemológicas; o "anarquismo metodológico" de Feyerabend, ainda que coloque em xeque distintos fundamentos da ciência, não pode ser considerado anarquista, pois diz respeito tão-somente ao campo da teoria e não compartilha o conjunto dos princípios político-ideológicos anarquistas.

Da mesma maneira, a nosso ver, o fato de um pesquisador utilizar o materialismo dialético e/ou o materialismo histórico para a análise da realidade não faz dele, necessariamente, um marxista. Como se viu, há anarquistas, como a FdCA, Fontenis, Resistência Libertária, que se utilizam do materialismo histórico sem, entretanto, abandonar os princípios anarquistas. Essa posição também não significa afirmar que as reflexões teóricas de Solomonoff e de Feyerabend não sejam interessantes, e que não possam ser incorporadas aos debates sobre a compreensão adequada da realidade.

Finalmente, devemos esclarecer que afirmar que os elementos teóricos não constituem os fundamentos da ideologia anarquista não significa dizer que eles não tenham tido relevância e que não tenham sido apresentados durante a constituição e todo o desenvolvimento histórico do anarquismo. Não significa, também, fazer tábula rasa dos métodos e das teorias sociais e afirmar que todas as ferramentas teóricas para a compreensão da realidade sejam similarmente eficazes. Temos que reconhecer que alguns métodos de análise e determinadas teorias sociais são mais adequados que outros para a compreensão da realidade. Trata-se, conforme já colocamos, de avançar na construção desse ferramental teórico adequado para o nosso tempo e o nosso lugar.

Piotr Kropotkin

Nota:

1. Não é nosso foco neste texto tratar de uma definição pormenorizada do anarquismo, mas podemos afirmar que os princípios político-ideológicos que definem o anarquismo envolvem: uma determinada concepção ética pautada em valores; a crítica da dominação de classe e outros tipos de dominação; a busca de uma transformação social revolucionária e internacionalista que modifique o sistema de dominação, criando um novo modelo de poder, fundado na igualdade, na liberdade, na autogestão e no federalismo; o foco nas classes oprimidas como as forças populares fundamentais que devem protagonizar essa transformação; uma coerência estratégica entre esses fins buscados e os meios que são utilizados para sua concretização, o que envolve as noções de combatividade, ação direta, independência/autonomia de classe, democracia direta e protagonismo das bases populares.

Declaração de Princípios da Coordenação Anarquista Brasileira

O que é a CAB?

A Coordenação Anarquista Brasileira (CAB) é um espaço organizativo fundado em 2012 que articula nacionalmente organizações e grupos anarquistas que trabalham com base nos princípios e na estratégia do anarquismo especifista. A CAB surge como resultado dos dez anos do processo de organização, iniciado em 2002, com o Fórum do Anarquismo Organizado (FAO). Durante essa década, avança em termos político-ideológicos e em relação aos trabalhos nos movimentos populares. A fundação da CAB marca a passagem de um fórum para uma coordenação nacional, evidenciando um aumento de organicidade e fundamentando as bases para o avanço rumo a uma organização anarquista brasileira.

Nossa concepção organizativa do anarquismo

Todos os grupos e organizações da CAB, assim como aqueles interessados em ser seus membros, devem concordar, defender e aplicar esta concepção de anarquismo, que consideramos o mínimo necessário para o início dos trabalhos conjuntos. O anarquismo defendido pela CAB é compreendido a partir dos princípios político-ideológicos e pela sua estratégia geral colocados a seguir.

Princípios políticos e ideológicos

A compreensão, a defesa e a aplicação dos seguintes pontos:

a) Do anarquismo como ideologia e, assim, como um sistema de idéias, motivações e aspirações que possuem necessariamente uma conexão com a ação no sentido de transformação social, a prática política.

b) De um anarquismo em permanente contato com a luta de classes dos movimentos populares de nosso tempo e funcionando como ferramenta de luta e não como pura filosofia ou em pequenos grupos isolados e sectários.

c) De um conceito de classe que inclui todas as parcelas de explorados, dominados e oprimidos da nossa sociedade.

d) Da necessidade do anarquismo retomar seu protagonismo social e de buscar os melhores espaços de trabalho.

e) Da revolução social e do socialismo libertário como objetivos finalistas de longo prazo.

f) Da organização como algo imprescindível e contrária ao individualismo e ao espontaneísmo.

g) Da organização específica anarquista como fator imprescindível para a atuação nas mais diversas manifestações da luta de classes. Ou seja, a separação entre os níveis político (da organização específica anarquista) e social (dos movimentos sociais, sindicatos, etc.).

h) Da organização anarquista como uma organização de minoria ativa, diferindo-se esta da vanguarda autoritária por não se considerar superior às organizações do nível social. O nível político é complementar ao nível social e vice-versa.

i) De que a principal atividade da organização anarquista é o trabalho/inserção social em meio às manifestações de luta do povo.

j) De que a ética é um pilar fundamental da organização anarquista e que ela norteia toda a sua prática.

k) Da necessidade de propaganda e de ela ter de ser realizada nos terrenos férteis.

l) Da lógica dos círculos concêntricos de funcionamento, dando corpo a uma forma de organização em que o compromisso está diretamente associado com o poder de deliberação. Da mesma maneira, uma organização que proporcione uma interação eficiente com os movimentos populares.

m) De que a organização deve possuir critérios claros de entrada e posições bem determinadas para todos que queiram ajudar (níveis de apoio /colaborador).

n) Da autogestão e do federalismo para a tomada de decisões e articulações necessárias, utilizando a democracia direta.

o) A busca permanente do consenso, mas, não sendo possível, a adoção da votação como método decisório.

p) Do trabalho com unidade teórica, ideológica e programática (estratégica / de ação). A organização constrói coletivamente uma linha teórica e ideológica e da mesma forma, determina e segue com rigor os caminhos definidos, todos remando o barco no mesmo sentido, rumo aos objetivos estabelecidos.

q) Do compromisso militante e da responsabilidade coletiva. Uma organização com membros responsáveis, que não é complacente com a falta de compromisso e a irresponsabilidade. Da mesma forma, a defesa de um modelo em que os militantes sejam responsáveis pela organização, assim como a organização seja responsável pelos militantes.

r) Os militantes que compõem a organização têm, necessariamente, de estar inseridos em um trabalho social, bem como se ocupar de atividades internas da organização (secretarias, etc.)

Estratégia geral

A estratégia geral do anarquismo que defendemos baseia-se nos movimentos populares, em sua organização, acúmulo de força, e na aplicação de formas de luta avançada, visando chegar à revolução e ao socialismo libertário. Processo este que se dá conjuntamente com a organização específica anarquista que, funcionando como fermento/motor, atua conjuntamente com os movimentos populares e proporciona as condições de transformação. Estes dois níveis (dos movimentos populares e da organização anarquista) podem ainda ser complementados por um terceiro, o da tendência, que agrega um setor afim dos movimentos populares.

Essa estratégia, portanto, tem por objetivo criar e participar de movimentos populares defendendo determinadas concepções metodológicas e programáticas em seu seio, de forma que possam apontar para um objetivo de tipo finalista, que se consolida na construção da nova sociedade.

Coordenação Anarquista Brasileira

www.vermelhoenegro.net